

Aula 13

MOVIMENTOS SOCIAIS E O GOLPE DE 1964

META

Apresentar o filme *Cabra Marcado Pra Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho como exemplo de ruptura com a visão historicista da História em sua representação no cinema brasileiro, ao resgatar a memória do passado oprimido.

OBJETIVOS

discutir a política de esquecimento como arma política contra a democracia realizada tanto por aqueles que apoiaram o autoritarismo da ditadura militar, quanto os condutores da transição a Nova República;
definir o caráter da transição da ditadura militar à democracia no Brasil; e
avaliar o papel de Tancredo Neves no processo de redemocratização brasileira.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ler a Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária (Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961) (ver Momento de Reflexão).

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Na aula de hoje, traçaremos um perfil da luta camponesa entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964, quando as ligas camponesas e o sindicato foram suas formas mais importantes de organização e luta política, ainda que convivendo com a presença de elementos messiânicos e do banditismo social e com outras formas de luta e de resistência, como a guerrilha e os congressos camponeses.

Utilizaremos o filme *Cabra Marcado Pra Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, para analisar as várias vertentes de interpretações de um rompimento com a visão historicista da História, representado no cinema brasileiro, na qual busca recuperar da memória o passado oprimido. A leitura da Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, indicada no pré-requisito, é imprescindível para um bom andamento de nossa aula.



Concentração das Ligas Camponesas de Pernambuco, em setembro de 1960 (Acervo Agência Estado. Fonte:<http://www.ufmg.br>).

AS LIGAS CAMPONESAS E O GOLPE DE 64

Caro aluno, podemos constatar que a ausência de uma tradição dos estudos sobre a história camponesa no Brasil tem produzido certas distorções na historiografia brasileira, pois alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos do conjunto das classes populares, bem como de grande parte da intelectualidade.

Talvez isto aconteça, pelo fato dos movimentos camponeses deixarem poucos registros escritos e, em geral, seu conhecimento provém de cronistas e observadores letrados, quase sempre ligados às instituições estatais e religiosas. Poucos sabem que o campesinato é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem experimentado constantes confrontos militares com o Exército: em Canudos (1896/1897), no Contestado (1912/1916), em Trombas e Formoso (1948/1964); na insurreição do Sudoeste do Paraná nos anos 50, no Nordeste às vésperas do Golpe de 1964 ou ainda durante a chamada Guerrilha do Araguaia, no início da década de 70.

Lembremos que a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstruída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato (MARTINS: 1983, 81). Neste período, diferentes forças políticas investiram na organização de diferentes formas de intervenção na questão agrário-camponesa, entre as quais se destacam: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica e as Ligas Camponesas, na segunda fase, sob a liderança do advogado socialista Francisco Julião, a partir de 1955.

As primeiras Ligas Camponesas datam da luta em torno da redemocratização desencadeada no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. Foi um momento em que o PCB viveu um breve período de legalidade e crescente atuação nos meios operários e camponeses. José Aires dos Prazeres, líder camponês e membro fundador do PCB, se empenhou, à época, em organizar os trabalhadores agrícolas nos arredores de Recife (Iputinga e Ambolê). Mas, em 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, as Ligas ressentindo-se do fato, quase não sobreviveram à repressão. A exceção foi a Liga do Engenho Galiléia, de Vitória de Santo Antão, que se tornaria a ponta de lança de uma nova etapa do movimento, com características diferentes, em 1955, especialmente pela intransigente defesa de uma reforma agrária radical - “na lei ou na marra” (AUED, 1986, p. 22).

A criação das Ligas Camponesas pode ser explicada como uma forma de fugir da rigidez institucional e do burocratismo já existente no sindicalismo urbano e também ao conjunto de restrições impostas ao sindicalismo rural na década de 1940. Até os anos sessenta no Nordeste, somente dois sindicatos rurais eram reconhecidos - o Sindicato Rural de Barreiros e o Sindicato de Ilhéus -, apesar do decreto-lei nº 7038/44, que outorgava o

direito de organização aos sindicatos rurais e estendia os direitos trabalhistas ao trabalhador rural.

O PCB (Partido Comunista Brasileiro) era o único partido interessado em organizar o campesinato brasileiro, ainda que numa transposição de métodos e táticas do meio urbano. Praticamente todas as Ligas Camponesas e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, durante o período, tiveram sua participação decisiva, inclusive nos levantes camponeses de Trombas e Formoso nos anos 40/60, em Goiás, e no Porecatu e Sudoeste do Paraná, ambos nos anos 50 e no Paraná. Podemos dividir em duas fases, a atuação do Partido em torno das lutas camponesas: uma de radicalização de suas posições - uma guinada à esquerda -, no início dos anos 50, rompendo com o governo e com a burguesia progressista e propondo a criação de um movimento revolucionário, através da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Estes preceitos do famoso Manifesto de agosto de 1950 se materializariam na Guerrilha do Porecatu(PR); outra foi, após o apoio do PCB à eleição de JK e Jango, a de superação dos restos feudais da agricultura brasileira que estariam travando sua modernização, através de uma revolução democrático-burguesa, que seria realizada por meio de uma aliança operário-camponesa e a liderança da burguesia nacional. Estes preceitos da Resolução de 1958 acrescentariam a noção de fartura e riqueza ao pólo industrial e a de pobreza e atraso ao pólo agrário e que, devido também ao atraso da organização camponesa, não se deveria radicalizar as posições, numa referência clara a reforma agrária na lei ou na marra das Ligas Camponesas, e sim buscar reformas parciais, compondo com setores progressistas da burguesia e com o trabalhismo. Inclusive, o PCB, em sua visão etapista da história, defendia o avanço das relações de produção capitalistas no campo, como forma de acabar com o atraso do setor rural.

Uma das preocupações do PCB, no início da década de 1950, era a de capacitar, teoricamente, seus militantes através de cursos de formação política, no sentido da instrumentalização do marxismo-leninismo-stalinismo. O temário dos cursos pode ser resumido na formação da FDLN e seu programa, a luta pela paz e a organização operária, além da inclusão da necessidade da reforma agrária com a liquidação do latifúndio. Em 1951, houve um curso em Natal/RN, envolvendo militantes dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Temos notícia de outro curso, em 1953, no Recife/PE, no qual os principais temas giravam em torno das questões organizacionais do Partido e da invencibilidade da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).



Apesar de minoritária, a participação de elementos do PCB foi sensivelmente observada nos principais encontros e congressos camponeses nos anos 53/58 (AUED, 1986, p. 35). A realização do I Conferência Nacional dos Trabalhadores, em setembro de 1953, com sessões nos estados do Ceará, na Paraíba e em São Paulo, teve como uma de suas deliberações a necessidade de fundar uma entidade nacional que congregasse os trabalhadores rurais. Esta preocupação se concretizaria na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizada em São Paulo, em 1954, com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), engendrada e apoiada pela estrutura nacional do PCB. Já o Congresso de Salvação do Nordeste foi realizado em Recife/PE, em 1955, foi presidido pelo governador do Estado, Cordeiro de Farias, que enfatizou o anacronismo das estruturas sociais, especialmente a do campo, e o atraso econômico da região. Este Congresso colocou em evidência o problema camponês, institucionalizando, sob a influência dos militantes das Ligas Camponesas, a pré-dica da Reforma Agrária como forma de superação dos problemas da região. Encorajados pela repercussão das resoluções deste Congresso, os camponeses pernambucanos organizaram, em setembro de 1955, sob o patrocínio do professor Josué de Castro, então diretor da FAO (Food and Agriculture Organization)/ONU, o I Congresso de Camponeses de Pernambuco, com a participação de cerca de três mil delegados de associações camponesas.

Vale salientar ainda a iniciativa dos trabalhistas, no início dos anos 60, em intervir de modo mais intenso na organização dos trabalhadores rurais, no sentido de enfrentar o avanço da influência comunista e da Igreja no meio rural, como foi o caso do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), sob as ordens do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e a campanha de sindicalização rural e a criação do Estatuto do Trabalhador Rural durante o governo João Goulart (1961/1964).



Presidente Goulart sendo abraçado no encerramento do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Belo Horizonte, novembro de 1961. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).

A partir de 1962, a Igreja também intervém cada vez mais na organização de sindicatos de trabalhadores rurais, tentando fazer frente às forças políticas anteriormente citadas. Entretanto, o bispo de Campanha, D. Inocêncio Engelke, em setembro de 1950, publicava uma carta pastoral sobre a questão agrária e a situação dos trabalhadores no campo, com o título significativo “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, sendo considerado o pioneiro da preocupação do episcopado brasileiro com os problemas da terra. Esta pastoral nasceu de uma reunião de fazendeiros e não numa assembléia de camponeses. Sua preocupação era, como se depreende do seu título, contra a agitação que estava chegando ao campo e o temor de que a Igreja perdesse os camponeses, como acontecera no século passado com relação aos operários industriais. Neste sentido, o bispo de Campanha/MG citava o papa Pio XI, o qual reconheceu que “o maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária” (SALEM, 1981, 85).

“Promulgada a legislação trabalhista em 1963 os diferentes grupos empenharam-se no reconhecimento dos seus sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, tendo a Igreja no segundo semestre de 1962 feito uma tentativa de criar e controlar uma Confederação para evitar que o Partido Comunista o fizesse. Entretanto, o Partido dispunha da força política da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), através da qual impugnou a pretensão católica. Finalmente, através de um acordo entre as partes, e com a exclusão das Ligas Camponesas, foi criada a CONTAG em dezembro de 1963” (MARTINS: 1983, 87-88).

No sentido da defesa de uma reforma agrária radical, as Ligas Camponesas evoluíram em termos opostos àqueles propostos pela Igreja Católica e o PCB. Já em 1960, as Ligas se mostraram contrárias à proposta do PCB de reformas parciais para se chegar à reforma agrária, bem como a política de frente única defendida em composição com o governo de Goulart. Partindo dessas posições, uma parte das Ligas evoluiu para a formação de campos de treinamento de guerrilheiros em uma região próxima a Trombas e Formoso. Mais tarde, estes campos foram descobertos pelo Exército e desativados.

Após a derrota das esquerdas com o golpe de 1964, com a brutal repressão aos movimentos camponês e operário - no primeiro caso, registrado, de forma emocionante, no filme de Eduardo Coutinho (Cabra Marcado Pra Morrer/1984) -, o regime militar impõe aos camponeses somente o caminho da sindicalização, transformando o sindicato em instituição eminentemente assistencialista, com a criação do FUNRURAL, em 1971, e, com o Estatuto da Terra, a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita a áreas de tensão social grave.

Houve ainda, como um desdobramento da derrota das esquerdas no golpe de 64, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o sonho da guerra camponesa, quando alguns grupos da esquerda revolucionária - MR-8, VAR-

PALMARES, PC do B, AP, FALN - tentaram criar focos guerrilheiros em regiões, nas quais os camponeses estavam passando por um processo de expropriação de suas terras, como foi o caso do Vale do Ribeira, em São Paulo, e a chamada Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E CINEMA NO CABRA MARCADO PRA MORRER (1984)

Amir Labaki (2006: 110-111) situa o filme de Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado para Morrer* (1984), como o mais “influente documentário brasileiro de todos os tempos”. Segundo o crítico de cinema, o filme está “para nosso cinema como *Os Sertões* para nossa literatura”. Influenciado pelo cinema verdade de Jean Rouch, é “também o mais marcante documentário sobre as feridas da ditadura militar, irmanando cineastas e personagens”. Com uma trajetória repleta de prêmios em festivais de todo o mundo, “a saga da viúva Elisabeth Teixeira e da dispersão e reencontro de sua família transcende as particularidades do Brasil oprimido pelo regime militar para tornar-se um drama universal escrito com cenas e personagens reais”.

Alcides Ramos (2006) escreve um belo ensaio sobre o filme, afirmando que *Cabra marcado para morrer* foi um dos poucos filmes que despertou o interesse de pensadores das mais diferentes áreas do conhecimento – sociologia, história e cinema –, dando lugar a esforços interpretativos interdisciplinares. Neste debate, o autor encontrou três vertentes. A primeira, como Walter Lima Jr. e Ana Maria Galano, discute o tema da desigualdade social, situando o filme dentro da denúncia social, que guarda enorme atualidade na década de 1980.

Por outro lado, temos os artigos de Ismail Xavier, Aspásia Camargo e Jean-Claude Bernardet, que enfatizam a mudança no enfoque do intelectual/cineasta frente à realidade social a ser filmada, na medida em que, por “meio da comparação de dois filmes – o *Cabra* de 1962/4 e o de 1982/4 –, constata-se que a impo-
stação iluminista presente no projeto do CPC da UNE cedeu lugar a uma postura com a qual o intelectual/diretor assume um



(Fonte: <http://www.historianet.com.br>)

olhar menos carregado de idéias pré-concebidas, mostrando-se, portanto, mais aberto ao universo do outro”.

Por fim, há críticos que, “à maneira de Jean-Claude Bernardet, voltam-se para questões estéticas. Neste sentido, afirma-se a peculiaridade de Cabra marcado para morrer frente a outros filmes da década de oitenta quanto ao modo de resgatar a História”. Para Bernardet, o importante na obra de Eduardo Coutinho é mostrar a história da Brasil recente, “a partir da trajetória de pessoas que, conquanto imersas num contexto notavelmente conflituoso que era o da formação das Ligas Camponesas, são costumeiramente esquecidas, pois que são consideradas pessoas comuns”

Labaki (2006, p. 69-72) menciona o fato que o vínculo com a Rede Globo proporcionou ao diretor certa autonomia na construção da narrativa de Cabra marcado para morrer, muitas vezes, aproveitando a moviola ociosa da TV Globo, com a montagem de Eduardo Escorel. De ficção, sua pretensão era de realizar um longa-metragem ficcional sobre a vida do líder João Pedro Teixeira, o filme torna-se documentário, em 1984, quando se transforma num filme sobre o filme interrompido sobre a família Teixeira, sobre o impacto desintegrador da ditadura militar, sobre o cinema como preservação da memória.



Cartazes dos filmes de Silvio Tendler (Fonte: <http://oglobo.globo.com>).

Assim, Labaki (2006, p. 70) sintetiza a obra-prima de Coutinho: “Cabra marcado para morrer consolidou um novo patamar as lições tanto do Cinema Direto quanto do Cinema Verdade entre nós. É um filme histórico que agressivamente se desnuda como tal, articulando uma narração sinteticamente informativa por Ferreira Gullar, outra assumidamente pessoal do próprio Coutinho e uma sucessão de entrevistas conduzidas por ele à luz do dia”.

Neste sentido, a obra de Coutinho se firma em torno de certo tipo particular de entrevista como em Santo Forte e Edifício Master, apesar de bastante distintos de Cabra Marcado Para Morrer.

Jean Claude Bernardet e Alcides Ramos (1988, p. 49-53) chamam a atenção para o fato de que o filme, ao contrário de outros da mesma época, como Jango e Anos JK, ambos de Silvio Tendler, não se prende à cronologia, à seqüência factual, afastando-se da perspectiva historicista da História. Deste modo, o filme tenta empreender o resgate do passado oprimido, quando se assume o caráter de RECONSTRUÇÃO

da própria História. Segundo os autores, “intelectuais e camponeses compartilham deste passado oprimido e, assim, merecem ser resgatados”. Entretanto, vale frisar o depoimento de Abraão, filho de Elisabeth Teixeira, que enfatiza em sua fala que a repressão não atingiu da mesma forma e com a mesma violência os intelectuais e camponeses. Para Abraão, “todas as facções políticas esqueceram Elisabeth Teixeira”.

Para Bernardet e Ramos (2006, p. 53), o filme não se restringe a uma personagem, como, por exemplo, Elisabeth Teixeira ou sua família, mas, através da fragmentação da narrativa e da montagem do filme, percebe-se uma união entre o povo e a obra. Contudo, a repetição de determinadas seqüências também têm o sentido de reafirmar, enfatizar a segmentação. Assim, a repetição de seqüências “ênfatisa a vitória sobre a lata de lixo da História, e garante que o fragmento/repetição não se perderá; que a memória oprimida não se perderá”.

Paulo Roberto Arruda de Menezes (1994, p. 121) critica as interpretações anteriores, afirmando que o “sujeito do filme” não é como se supõe do título João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962, mas se desloca para Elisabeth Teixeira, também líder camponesa, e depois para o próprio diretor, Eduardo Coutinho. Para o sociólogo o que a “história está tentando recuperar é, sem dúvida, o tempo perdido. Mas não o tempo perdido de João Pedro e Elisabeth, como pressupúnhamos desde o início, mas o do próprio Eduardo Coutinho e de seu filme inacabado de 1964, através da vida e obra de outros personagens e protagonistas”.

Menezes (1994, p. 124) arremata sua crítica, sugerindo que o diretor, ao tomar “a palavra do outro como se fosse a sua, acaba por condená-lo irremediavelmente ao silêncio. Ao mostrar a fala dos que não a têm, Coutinho impõe o silêncio aos que não falam pelas próprias palavras, mas pelas que ele acaba por colocar em seus personagens e que expressam como ele os vê e não o que eles vêem de si próprios”.

Diferentemente desta leitura, Antônio Torres MONTENEGRO (2001, p. 183) propõe que o “depoimento dos atores sobre o filme que não conheciam e o que ocorreu nas suas vidas após a interrupção da filmagem projetam uma memória da luta, dor, conflito entre a história pessoal e a história do país”. Para ele, Coutinho recorre à metodologia da história para impedir que preciosos relatos se limitem a curiosos depoimentos de lembranças revisitadas. Assim, o diretor instituiu “um diálogo entre a memória e a história, transformando a arte em um riquíssimo campo de conhecimento e de experiência histórica” (MONTENEGRO, 2001, p. 190). Mas talvez o mais importante no filme seja que o reencontro entre Elisabeth Teixeira e Eduardo Coutinho proporcione à líder camponesa restabelecer a sua própria identidade, na medida em que, ao refugiar-se em São Rafael (RN), mudara de nome e silenciara a sua memória. A peregrinação



Durante longos meses, 2.800 famílias ocuparam a Fazenda Cuiabá, até a desapropriação de terras ser finalmente aprovada. Sergipe, Brasil, 1996. (Foto de Sebastião Salgado. Fonte: www.sintufrj.org.br).

de Coutinho para recompor os fragmentos da memória da família Teixeira, de restabelecer o elo perdido, transforma o filme “em um documento de vida. Não apenas um registro histórico sobre o peso da violência de um regime, mas a tentativa de interromper o silêncio, a perda, a dor, a tristeza” (MONTENEGRO, 2001, 191).

Enfim, a tônica geral do filme se propõe a “mostrar que os problemas presentes nos anos 1960 continuam atuais no Brasil dos anos 1980”. Entretanto, novas respostas são necessárias. Daí o caráter não-dogmático de Coutinho na retomada do filme nos anos 1980, em que “ele é capaz de afirmar-se como sujeito histórico engajado e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças”. Portanto, o filme, “ao ser lançado em 1984, apresenta-se como uma espécie de plataforma para a construção de uma esquerda democrática no Brasil. Eis a sua historicidade” (RAMOS, 2006).



(Fonte: <http://lh4.ggpht.com>).

CONCLUSÃO

Caro aluno, as lutas camponesas no Brasil não foram, por muitas décadas, objeto de preocupação dos partidos políticos nacionais, talvez pelo comprometimento destes partidos com as classes dominantes, profundamente ligadas ao latifúndio. O primeiro partido que levantou o problema camponês foi o Partido Comunista do Brasil, hoje PCB. Praticamente todas as Ligas Camponesas e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais durante o período tiveram sua participação decisiva, inclusive nos levantes camponeses de Trombas e Formoso nos anos 40/60, em Goiás, e no Porecatu e Sudoeste do Paraná, ambos nos anos 50 e no Paraná.

Mas o silêncio sobre as lutas camponesas também se fizeram presentes na historiografia brasileira, o que ocasionou certo desconhecimento do fato de que o campesinato é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem experimentado constantes confrontos militares com o Exército: em Canudos (1896/1897), no Contestado (1912/1916), em Trombas e Formoso (1948/1964); na insurreição do Sudoeste do Paraná nos anos 50, no Nordeste às vésperas do Golpe de 1964 ou ainda durante a chamada Guerrilha do Araguaia no início da década de 70.

Talvez, o mais importante no momento histórico aqui analisado seja a emergência do campesinato como sujeito histórico na República brasileira do período de 1945-1964, especialmente por resistirem à expansão capitalista no campo, através de ligas e sindicatos. Assim, as Ligas ganharam grande importância nas áreas em que os camponeses foram expropriados de suas terras pela expansão da cultura da cana-de-açúcar, como Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, ou Sapé, na Paraíba. Algumas lideranças camponesas foram assassinadas por seus patrões ou prepostos, como foi o caso de João Pedro Teixeira, em Sapé, que originou o filme de Eduardo Coutinho, aqui analisado.



RESUMO

Nesta aula, objetivamos recuperar as lutas das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro durante o período de 1955-1964, através do filme *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho. Esse filme proporcionou uma reflexão sobre a radicalização das lutas camponesas, no período de 1961-1964, por uma reforma agrária “na lei ou na marra”. Já em 1960, as Ligas se mostraram contrárias à proposta do PCB de reformas parciais para se chegar à reforma agrária, bem como a política de frente única defendida em composição com o governo de Goulart. Partindo dessas posições, uma parte das Ligas evoluiu para a formação de campos de treinamento de

guerrilheiros em uma região próxima a Trombas e Formoso. Estes campos foram descobertos pelo Exército e desativados. Essa opção pela luta armada fez várias defecções dentro do próprio movimento, como o rompimento de Clodomir Moraes com Francisco Julião, e tendências divergentes como o do padre Alípio de Freitas, no Maranhão, e a de Assis Lemos, na Paraíba.

Após a derrota das esquerdas com o golpe de 1964, com a brutal repressão aos movimentos camponês e operário, o regime militar impõe aos camponeses somente o caminho da sindicalização, transformando o sindicato em instituição eminentemente assistencialista, com a criação do FUNRURAL, em 1971, e, com o Estatuto da Terra, a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita a áreas de tensão social grave.

MOMENTO DE REFLEXÃO

DECLARAÇÃO DO I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA

(Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961)

“As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de luta por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, após os debates travados durante o período de sua realização, definiu os elementos básicos que caracterizam a situação das massas camponesas e fixou os princípios gerais a que deve subordinar-se uma reforma agrária radical.

[...]

É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apóia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas, e extremamente penosas de exploração

semifeudal, que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno.

[...]

Para os homens que trabalham a terra, a reforma agrária, isto é, a completa e justa solução da questão agrária no país, é a única maneira de resolver efetivamente os graves problemas em que se debatem as massas camponesas, e, portanto, elas, mais do que qualquer outra parcela da população brasileira, estão interessadas em sua realização. As massas camponesas têm a consciência de que a solução final depende delas.

A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro.

[...]

Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente dar solução às seguintes questões:

- a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.
- b) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam



Sertão do Ceará. Fotografia de Sebastião Salgado. Brasil, 1983. (Fonte: www.terra.com.br_sebastiaosalgado)



Antes do casamento fotografia de Sebastião Salgado. Juazeiro/BA, Brasil, 1984. (Fonte: www.terra.com.br_sebastiaosalgado).



Funeral de uma criança. Crateus/CE, Brasil, 1981. (Fonte: www.terra.com.br_sebastiaosalgado).

trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas.

Além dessas medidas que visam a modificar radicalmente as atuais bases da questão agrária no que respeita ao problema da terra, são necessárias soluções que possam melhorar as atuais condições de vida e de trabalho das massas camponesas, como sejam:

- a) Respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe.
- b) Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração do Estatuto que vise a uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais.
- c) Plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais.
- d) Ajuda efetiva e imediata à economia camponesa sob todas as suas formas.

[...]

Nas atuais condições, tudo deve ser feito para conseguir que as forças que dirigem os destinos da nação brasileira se lancem à realização de uma



(Fonte: www.pcarp.usp.br)

entre outras, são as seguintes:

- a) Imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de 'indenização prévia, justa e em dinheiro' para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos.
- b) Urgente e completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento.

eficaz e inadiável política agrária, capaz de, através da execução de medidas parciais, ir dando solução às questões indispensáveis à plena realização da reforma agrária de que necessitam os lavradores e trabalhadores agrícolas, assim como todo o povo brasileiro; tais medidas,

c) Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água

d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras, desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais.

[...]

j) Proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos.

k) Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.

l) Que seja planificada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa.

Com vistas a um rápido aumento da produção, principalmente de gêneros alimentícios, que possa atenuar e corrigir a asfixiante carestia de vida em que se debate a população do país, sobretudo as massas trabalhadoras da cidade e do campo, o Estado deverá elaborar um plano de fomento da agricultura que assegure preços mínimos compensadores nas fontes de produção, transporte eficiente e barato, favoreça a compra de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; garanta o fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, etc., aos pequenos agricultores; conceda crédito acessível aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, e combata o favoritismo dos grandes fazendeiros”.

In: MARIGHELA, Carlos et. al. A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.



ATIVIDADES

A partir da leitura do texto desenvolva as seguintes questões:

1. O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) representa a ruptura das Ligas Camponesas com a política defendida pelo PCB. Escreva um breve comentário sobre o conteúdo do documento final deste Congresso, identificando quais foram as teses vitoriosas e a qual tendência política elas se vinculavam.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1989.
- AUED, Bernadete. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- BERNARDET, Jean Claude; RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da USP, 1988.
- MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. A Questão do herói-sujeito em Cabra marcado para morrer. In: **Tempo Social**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 6 (1-2): p. 107-126, 1994.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.
- IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LABAKI, Amir. **Introdução ao documentário brasileiro**. São Paulo: Francis, 2006.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARIGHELA, Carlos et al. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde (coord.). **Sindicalismo no campo: avaliação, perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: CEDI, s/d.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Cabra Marcado para morrer entre a memória e a História. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. **A História vai ao Cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- MOURA, Margarida M. **Camponeses**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1988.
- PALACIOS, Guilherme. **Campe sinato e historiografia no Brasil: comentários sobre algumas obras notáveis**. BIB. Rio de Janeiro, n. 35, 1º Semestre 1993.
- RAMOS, Alcides Freire. A historicidade de Cabra marcado para morrer (1964-84, Eduardo Coutinho). In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Número 6 - 2006, mis en ligne le 28 janvier 2006, référence du 20 août 2006, disponible sur <http://nuevomundo.revues.org/document1520.html>.
- STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Sérgio A. **A luta pela terra no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Scritta, 1996.
- WEFFORT, F. A crise do populismo. **História do Século 20**. São Paulo: Abril Cultural, s/d, v. 6, p. 2630-2636.